

07 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

TJ suspende processo por fraude em compra de uniformes

Desembargador sustenta que juiz de primeiro grau deveria ter solicitado a defesa prévia aos réus

DEFESA PRÉVIA
Processo por fraude em compra de uniformes é suspenso

Loriane Comeli
Reportagem Local

Atendendo pedido formulado pela defesa do ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT), o desembargador José Maurício Pinto de Almeida, da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, concedeu liminar para suspender a tramitação da ação criminal em que Barbosa e o ex-prefeito José Joaquim Ribeiro, além de outros 17 réus, são acusados de formação de quadrilha, corrupção, fraude em licitação e peculato na compra de uniformes escolares em 2011 e 2012.

O advogado Antônio Carlos Coelho Mendes argumentou

que o juiz da 3ª Vara Criminal, Katsujo Nakadomari, não observou o disposto no decreto 201/67, que trata de crimes de responsabilidade, e recebeu a denúncia antes de permitir que os réus apresentassem defesa prévia. O juiz se baseou em súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que estabelece ser dispensável a defesa prévia quando inquérito policial tiver antecedido a denúncia.

Porém, o desembargador, também se apoiando em decisões do STJ, entendeu que mesmo Barbosa sendo ex-prefeito ainda lhe caberia o direito de defesa prévia antes do recebimento da ação. Com isso, o processo ficará suspenso até o julgamento de mérito do habeas corpus, cuja liminar foi concedida anteontem. "É possível que esta decisão seja mantida porque a fundamentação da liminar é no sentido de reconhecer que houve supressão indevida de uma fase do processo", disse Mendes.

Segundo o advogado, a consequência da decisão favorável a Barbosa é o reinício do processo. "Será anulado o despacho do juiz que recebeu o processo e as partes poderão apresentar defesa prévia. Só então o juiz decidirá se recebe ou não a denúncia." A reportagem não conseguiu contato com o Ministério Público ontem.

07 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Guaíra

O Ministério Público (MP) entrou com 14 ações civis públicas por atos de improbidade administrativa contra vereadores e ex-vereadores de Guaíra (Oeste). O MP requer à Justiça o ressarcimento de R\$ 500 mil ao erário, no total. O valor equivale a gastos atribuídos a viagens dos parlamentares que, segundo o MP, não têm comprovação.

INFORME

Intervenção do MP

Logo após o resultado do segundo turno das eleições, o Ministério Público (MP) em Guarapuava baixou uma recomendação ao atual prefeito, solicitando que ele "não desative, paralise ou reduza a prestação de serviços na área de saúde". A peça, assinada pelo promotor de Justiça Leandro Machado, foi embasada em denúncias sobre dispensa de agentes comunitários de saúde, agentes de controle de endemias, médicos e outros profissionais, que atuavam na atenção psicossocial especializada e na assistência terapêutica integral.

CLÁUDIO HUMBERTO

*"Esse julgamento trouxe o tribunal (STF)
para dentro das famílias"*

Ministro Joaquim Barbosa, relator do processo
no Supremo Tribunal Federal

Pronta para julgamento ação em que Lula é réu

Está nas mãos do juiz da 13ª Vara Federal de Brasília a ação civil pública em que o ex-presidente Lula e o ex-ministro da Previdência Amir Lando são réus por improbidade administrativa. Eles são acusados pelo Ministério Público Federal, autor da ação, de utilizar a máquina pública para realizar promoção pessoal e favorecer o Banco BMG, fortemente envolvido no escândalo do mensalão petista. As irregularidades aconteceram entre outubro e dezembro de 2004.

O 7 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

STF retoma hoje julgamento do mensalão

Brasília e Aracaju - Depois de mais de uma semana de recesso, o Supremo Tribunal Federal (STF) vai retomar hoje o julgamento do processo do mensalão. A expectativa é a de que os ministros voltem a fixar penas para os 25 condenados por envolvimento no principal escândalo do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A corte também poderá decidir um pedido do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para que os passaportes dos condenados sejam apreendidos. Com a medida, o chefe do Ministério Público Federal espera afastar o risco de fuga e evitar episódios como o do ex-banqueiro Salvatore Cacciola. Italiano, ele fugiu para sua terra natal para escapar do risco de prisão após ter sido processado por crime contra o sistema financeiro. Cacciola apenas foi extraditado para o Brasil após ter viajado para Mônaco.

Aos condenados o STF deverá fixar penas severas. Um sinal dessa disposição foi emitido quando a corte determinou uma pena de 40 anos, 1 mês e 6 dias de reclusão para o operador do esquema, o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, um dos 25 condenados. Mas os patamares poderão ser revisados até o final do julgamento. O próprio presidente do STF, Carlos Ayres Britto, reconheceu nesta semana que pode

ser viável a redução da pena de Marcos Valério. "No plano das possibilidades é viável", disse.

O presidente do tribunal estimou que em quatro sessões o julgamento do mensalão será encerrado com a definição das penas para os 25 réus condenados. Por esse calendário, Britto poderá participar do julgamento até o fim.

Se não for possível concluir o julgamento até o próximo dia 14, Britto pode convocar uma sessão extra para 16 de novembro, um dia depois do feriado. Seria a última sessão do ministro no tribunal antes da sua aposentadoria compulsória. Britto completa 70 anos no próximo dia 18 e terá de deixar a corte.

O relator do processo, Joaquim Barbosa, afirmou que o recesso de mais de uma semana pode ajudar agora a acelerar o julgamento. A votação ficou paralisada porque Barbosa viajou para a Alemanha onde disse que se submeteria a um tratamento de saúde. "Todo mundo pôde descansar um pouquinho. Eu, nem tanto, mas foi bom parar um pouquinho", afirmou. "Estou melhor hoje do que quando saí. Dá para ver, não dá?", questionou.

Barbosa não quis comentar ontem o novo depoimento prestado pelo operador do mensalão, Marcos Valério. "Não quero falar nada sobre

nenhuma questão polêmica relacionada à ação penal 470", limitou-se.

Barbosa afirmou que o julgamento do caso levou o Supremo para dentro das famílias. Essa seria uma das razões, de acordo com ele, para o assédio e pedidos de foto por onde passa. "Há uma identificação cada vez maior da população com as questões jurídico-institucionais tratadas pelo Supremo Tribunal Federal", afirmou. "Esse julgamento trouxe o tribunal para dentro das famílias. E o resto do que vem acontecendo no plano pessoal é consequência disso. Há muito carinho por parte das pessoas", acrescentou. Barbosa afirmou ser "simplesmente um cidadão que cumpre seus deveres e obrigações". "Nada além disso", disse.

07 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

'CPIs são completamente laranjas', diz Kielse

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

· **Curitiba** - Diante das cinco Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) instaladas ontem na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, o clima entre os deputados estaduais era de desânimo. Cleiton Kielse (PEN) verbalizou aquilo que vários políticos vinham dizendo em sigilo nos últimos quinze dias, sobre a "febre de CPIs" que assolou a AL no período. "Essas comissões são completamente laranjas", lascou o deputado estadual, para quem os inquéritos foram criados apressadamente "com o único objetivo" de bloquear a instalação da CPI dos Pedágios.

A sessão ordinária começou com brigas e desistências diante das indicações partidárias para a composição de cada comissão. O grande vencedor foi o PMDB, que garantiu a indicação de dois deputados da legenda para cada investigação. Já o PDT "murchou" e ficou de fora de todas as composições. "Eu não quis participar de nenhuma. Dei prioridade para a CPI do Pedágio e quero participar dela, que é a mais importante", declarou Nelson Luersen (PDT), autor do requerimento que pede a criação desta comissão, mas que está no fim da fila. Antes da

CPI dos Pedágios, estão as cinco em funcionamento e uma sexta, para investigar os processos de falência administrados pelo Judiciário Estadual.

Quatro CPIs ainda vão marcar reunião para escolher presidente e relator, que pode acontecer somente após o feriado da Proclamação da República, semana que vem. Até lá, podem haver trocas nos membros e na indicação de suplentes. São elas a CPI dos Grandes Devedores de Tributos, a CPI das Pesquisas Eleitorais, a CPI dos Planos de Saúde e a CPI da Telefonia Móvel. Marcelo Rangel (PPS), por exemplo, disse que vai abandonar as duas comissões para as quais foi indicado, pois deixa a AL em janeiro para assumir a Prefeitura de Ponta Grossa. Reni Pereira (PSB) não compareceu à sessão de ontem, mas está na mesma situação. Augustinho Zucchi (PDT), eleito em Pato Branco, nem correu esse risco.

A única comissão que agilizou o trabalho foi a CPI das Obras da Copa de 2014, que será presidida por Fábio Camargo (PTB). A relatoria ficou com Jonas Guimarães (PMDB) e dela também participam Ademir Bier (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Mauro Moraes (PSDB), Toniñho Wandscheer (PT) e Gilberto Ribeiro (PSB).

MAZZA

Laranjice

"Laranja madura// na beira da estrada// ou está bichada, oi Zé// ou tem marimbondo no pé.//" É o que se pode dizer da laranjice das cinco CPIs, instaladas ontem, na Assembleia, para evitar a do pedágio, que é outra laranjice. Que vergonha!

07 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Adoção ilegal de crianças ainda é comum no Brasil

A presidente do Grupo de Apoio à Adoção De Volta Para Casa, Sandra Amaral, mostrou-se revoltada com a denúncia de adoção ilegal de cinco crianças de Monte Santo, no sertão da Bahia. Quatro meninos e uma menina foram retirados dos pais biológicos e entregues a casais de São Paulo num processo supostamente irregular de adoção. O caso ganhou repercussão nacional depois de reportagem exibida pelo Fantástico da TV Globo.

- Com abrigos lotados, eles foram roubar filhos de pessoas pobres, filhos amados e desejados. Para que isso? É um crime vergonhoso. Sinto nojo e vergonha de uma lei tão fraca.

Uma pessoa que deveria defender a criança e a coloca em último lugar - disse, referindo-se ao juiz que autorizou a adoção.

A integrante do Grupo de Apoio à Adoção Aconchego, Fabiana Gadelha, por sua vez, alertou que o caso de Monte Santo não foi isolado e se repete com frequência no Brasil.

- Não se pode resolver o problema da pobreza por adoção. Por que os casais não pegaram as crianças em São Paulo? Por que ir ao interior se aproveitar da situação de miséria? Não podemos demonizar o juiz, pois não sabemos os motivos que o fizeram efetivar a adoção. Perversidade ou vontade de querer

que cinco crianças saiam da pobreza? - indagou.

O assunto está sendo debatido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Na abertura da audiência, o senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que o processo de adoção no Brasil envolve regras rígidas e leva em média um ano para ser concluído e lamentou a situação das crianças que aguardam uma família nos abrigos brasileiros.

- Adotar é um ato louvável, mas não pode haver irregularidade, nem violação de direitos humanos, seja dos adotados ou do adotantes - afirmou.

Cobrança de telefônicas por uso de via pública é ilegal

Não há justificativa legal para o município cobrar das empresas telefônicas o uso de vias públicas na prestação de seus serviços. O entendimento é da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça e se deu no julgamento de recurso do município mineiro de Formiga contra decisão anterior no próprio Tribunal, proferida pelo relator, ministro Humberto Martins, a quem a Turma acompanhou.

Na visão do ministro Humber-

to Martins, não há motivo para reformar a decisão contestada. "A jurisprudência do STJ é firme ao reconhecer a ilegitimidade da cobrança de remuneração pela utilização das vias públicas na prestação de serviço de telefonia", destacou o relator. Ele observou que a remuneração discutida não teria natureza jurídica de taxa nem de preço público.

O ministro ressaltou que, segundo o Código Tributário Na-

cional (CTN), para a cobrança de uma taxa seria necessária a prestação de algum serviço pela cidade. Também não se aplicaria ao caso o preço público, pois a cobrança deste deriva de serviço de natureza comercial ou industrial prestado pela administração pública. No processo, salientou o ministro, há somente o uso das vias públicas para a prestação de serviço em favor da coletividade, ou seja, o de telefonia.

07 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juízes fazem ato contra desvalorização da carreira

Nesta quarta e quinta-feira (7 e 8/11), os magistrados da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho farão dois atos em São Paulo pela valorização da magistratura. Os atos fazem parte de uma série de medidas adotadas pelos magistrados para chamar a atenção para a desvalorização de suas carreiras, que sofreram perdas remuneratórias de 28,86% desde 2005, quando foi implantado o subsídio único.

Entre as medidas adotadas, está paralisação das atividades nestes dois dias. Os juízes federais e do Trabalho decidiram também não participar da Semana Nacional de Conciliação, de 7 a 14 de novembro, como forma de protesto à carga extraordinária de trabalho sem a devida remuneração. Não haverá, entretanto, prejuízo à população, uma vez que as audiências que seriam realizadas durante a semana serão antecipadas ou marcadas para datas próximas.

De acordo com os magistrados, em flagrante desrespeito à Constituição Federal, o Poder Executivo não encaminhou ao Congresso, no ano passado, a proposta orçamentária do Poder Judiciário que assegurava o reajuste do subsídio. Neste ano, a proposta do Judiciário foi indevidamente reduzida.

07 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro do STJ defende utilização de processo eletrônico

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) José de Castro Meira defendeu, ontem, no segundo dia do VI Encontro Nacional, a utilização do processo judicial eletrônico por todas as Cortes do país. Segundo ele, atualmente, 90% dos processos do STJ estão digitalizados, o que confere maior economia e segurança à tramitação das ações. “No início houve muita resistência, mas desde que foi implantado, o processo eletrônico apresentou resultado econômico na dispensa de malotes e redução de despesa com papéis, além da repercussão sob o aspecto ecológico”, destacou o ministro, que representou o presidente do STJ, Félix Fisher, no evento.

Em seu discurso, Castro Meira salientou que o STJ tem trabalhado para que o Tribunal encontre sua verdadeira função constitucional que é a de uniformizar a jurisprudência e unificar a interpretação da norma infraconstitucional. Nesse sentido, encaminhou ao Congresso Nacional pedido de reforma legislativa para possibilitar que a jurisprudência consolidada da Corte se torne vinculante, nos moldes do que ocorre atualmente no STF, evitando a repetição dos questionamentos idênticos que abarrotam o STJ. “Questões de absoluta irrelevância chegam aos tribunais superiores tomando lugar de processos mais relevantes”, criticou o ministro.

Em 2012, segundo Castro Meira,

295,1 mil novos processos ingressaram no STJ, dos quais 230 mil já foram julgados. Para aprimorar a prestação dos serviços aos cidadãos, o Tribunal Superior estuda ainda mecanismos para tratar a enorme quantidade de Habeas Corpus que chegam à Corte, diariamente, assim como a possibilidade de criação de uma Turma Nacional de Uniformização para atender os juizados especiais estaduais, no intuito de desafogar essas unidades. “Tudo isso demonstra o esforço da administração do STJ para melhorar a prestação da jurisdição a todos que procuram o nosso Tribunal”, concluiu o ministro.

07 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EXECUÇÃO DE DÍVIDA

Promissória é exigível se comprovada inadimplência

Para os ministros, o crédito dependeria do inadimplemento das duplicatas pelos sacados

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça extinguiu execução de notas promissórias embasada em borderô, sem prova de inadimplemento dos títulos bancários descontados. Para os ministros, o crédito dependeria do inadimplemento das duplicatas pelos sacados. Por isso, a nota promissória vinculada ao contrato não seria título executivo extrajudicial.

Em decisão unânime, a Turma afastou entendimento do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, que havia determinado o prosseguimento da execução por julgar que estava “fundada em nota promissória vinculada a contrato de desconto de títulos, regularmente constituída, vencida e não paga”. Os ministros, porém, restabeleceram a sentença que julgou procedentes os embargos à execução.

No STJ, a Couros Azul Comércio de Couros sustentou que a cobrança da dívida exequenda estava sujeita à condição suspensiva, ou seja, ao inadimplemento das duplicatas descontadas pelos respectivos sacados, o que não teria sido comprovado pelo banco.

Além disso, afirmou que a execução fundou-se em borderô de desconto de duplicatas, tendo sido juntados à inicial inúmeros documentos. Entre eles, uma nota promissória que não foi mencionada pelo banco.

O ministro Luis Felipe Salomão julgou procedentes as alegações. Ele avaliou que o caso “revela certa peculiaridade, qual seja, a de que o contrato exequendo tem por objeto duplicatas no valor de R\$ 225.000,16, as quais se tornaram de propriedade do banco recorrido após seu desconto, tendo o recorrente assinado, como garantia de solvabilidade dos clientes sacados, uma nota promissória vinculada ao contrato de desconto bancário, cuja cláusula 14 previu que a referida cártula conteria valor relativo ao ‘saldo devedor que a operação de desconto apresentar em decorrência de não pagamento pelos sacados dos títulos descontados’”.

O ministro Salomão entendeu que a propositura da ação executiva, com base na nota promissória, foi condicionada à prova do inadimplemento pelos sacados, ou seja, a exigibilidade do título só se caracterizaria no caso do não pagamento das duplicatas pelos devedores originários.

Ele avaliou ainda que “o contrato de desconto bancário (borderô) não constitui, por si só, título executivo extrajudicial, dependendo a execução de sua vinculação a um título de crédito dado em garantia ou à sua assinatura pelo devedor e por duas testemunhas”. O ministro acrescentou que as provas do alegado na execução deveriam constar da inicial, por constituir a própria exigibilidade da obrigação.

GAZETA DO POVO

ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK

07 NOV 2012

FABRÍCIO NICOLAU DOS SANTOS NOGUEIRA

Conciliação e reflexão

Juízes federais e do Trabalho de todo o Brasil não vão participar da Semana Nacional de Conciliação, que ocorre a partir de hoje. No Paraná, os magistrados também farão dois dias de paralisação, com o objetivo de chamar a atenção do Conselho Nacional da Justiça e do Supremo Tribunal Federal para que se voltem às prerrogativas constitucionais da magistratura.

De pouco adianta à Justiça e ao povo brasileiro o incessante estabelecimento de metas, regras e campanhas ante a fragilização do Judiciário pela progressiva desvalorização e insegurança de seus membros. Para evidenciar a situação, tratamos o movimento como Semana da Reflexão, com atos públicos na capital e nas principais cidades do interior. A mobilização é de juízes e, no caso da Justiça do Trabalho, também de desembargadores, inclusive com suspensão de sessões nas turmas de julgamento. Nos demais dias da semana, os magistrados seguirão a pauta normal e diária. Haverá audiências e sessões, mas sem registro de acordos, que poderão ser homologados em data posterior, reduzindo o máximo possível eventual prejuízo à população.

A sociedade precisa saber que juízes têm direitos e, sobretudo, têm o direito de reivindicá-los. O desequilíbrio entre os poderes não interessa a ninguém, juízes ou cidadãos, porque essa luta não se limita apenas à magistratura. Todos sabem o preço que o cidadão pagará diante da diminuição do sistema construído justamente para ampará-lo.

A medida de não aderir à Semana da Conciliação e paralisar as atividades também resulta da insatisfação com a proposta de reajuste de 15,8% em três anos, incluída no orçamento pelo governo federal. Não podemos aceitar o descumprimento da Constituição Federal no que se refere às garantias do Poder Judiciário, especialmente no que diz respeito ao

dever de recomposição do valor dos subsídios, já depreciados em cerca de 30%.

Outra grave deformação se dá pela exploração midiática do problema, uma vez que ações conciliatórias são práticas diárias na Justiça Federal e do Trabalho. A Justiça Federal do Paraná, nas 18 subseções judiciárias, realiza diariamente dezenas de audiências de conciliação, especialmente nos processos que tratam de questões de mútuos para aquisição de imóveis — Sistema Financeiro de Habitação, benefícios previdenciários, questões bancárias e execuções fiscais. Nas subseções judiciárias ainda há um setor específico para facilitar as conciliações, designado Centro Judicial de Solução de Conflitos (Cejuscon). Logo, a conciliação é adotada como regra na Justiça Federal, inclusive com realização de semanas de conciliação durante o ano todo.

Desde que foi criada, há mais de 70 anos, a Justiça do Trabalho tem a função apaziguadora de conflitos e, por meio da conciliação, a base fundamental da estabilidade das relações de trabalho. Segundo dados do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), no primeiro semestre deste ano foram realizados mais de 33 mil acordos nas Varas do Trabalho de todo o estado; ou seja, mais de 180 conciliações por dia. Na fase de execução — etapa final da tramitação, que busca o pagamento da dívida reconhecida em juízo ao trabalhador —, foram mais de 4,5 mil acordos, um aumento de 311 processos em relação ao mesmo período

de 2011. Hoje, todos sabem que a conciliação é o melhor caminho para a solução da maioria dos milhões de processos que atravancam a Justiça brasileira.

O que não se pode aceitar é a contínua desvalorização da carreira de juiz. A cada dia torna-se flagrante o desrespeito às garantias fundamentais da magistratura, a autonomia e a independência, levando os juízes a uma situação de insegurança incompatível com a função.

Antônio César Bochenek é presidente da Associação dos Juizes Federais do Paraná (Apajufe) e Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira é presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 9ª Região (Amatra IX)

Geração perdida

07 NOV 2012

A existência de uma geração de jovens sem emprego e sem escola tem de se tornar inaceitável por todos

Em 11 de agosto de 2010, a imprensa divulgou relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o título *Tendências Mundiais do Emprego dos Jovens 2010*, sobre o que se convencionou chamar de “a geração perdida”. O relatório se referia ao número recorde de quase 81 milhões de jovens desempregados no mundo em 2009, devido à crise econômica. Eram jovens que haviam abandonado o mercado de trabalho e já não tinham mais esperanças de trabalhar e sustentar a si próprios.

O lado grave da situação é que o risco da existência de uma geração perdida não estava em nenhum país atrasado e miserável, mas em países desenvolvidos, onde novos candidatos que ingressam no mercado de trabalho se somam às filas de desempregados. Nas palavras de Sara Elder, economista da OIT e autora do relatório, “o número de jovens desempregados nos países ricos passou de 8,5 milhões em 2008 a 11,4 milhões em 2009, o que representa um aumento de 34,1%”.

No dia 22 de outubro de 2012, esta *Gazeta* publicou matéria sob o título “Juventude Desperdiçada”, dizendo que “ao mesmo tempo em que atinge níveis historicamente baixos de desemprego e sofre com a escassez de mão de obra qualificada em alguns setores, o Brasil ‘desperdiça’ um de cada cinco jovens adultos. Pouco mais de 5,3 milhões de pessoas com idade entre 18 e 25 anos, o equivalente a 19,5% dos brasileiros dessa faixa etária, não estão estudando nem trabalhando e tampouco procurando emprego, segundo dados do Censo 2010. São pessoas que mal entraram na idade produtiva e já são enquadradas como não economicamente ativas”.

A economista Sara Elder lembra que, no caso dos países em desenvolvimento e pobres — onde muitos trabalham de maneira independente e em setores informais, e não podem contar com benefícios sociais —, os jovens desempregados perdem a oportunidade de sair da pobreza. Já o diretor-geral da OIT, Juan Somavia, alerta que “nos países em desenvolvimento os efeitos da crise econômica ameaçam agravar os déficits de trabalho decente dos jovens, tendo como resultado um aumento do número de jovens trabalhadores bloqueados na pobreza, prolongando o ciclo da pobreza no trabalho em pelo menos uma geração”.

Não e preciso mais informação para que governos e sociedade abandonem o discurso ufanista de que o Brasil é uma ilha de prosperidade. Não se trata de negar os significativos avanços da economia brasileira nos últimos 18 anos, desde que o Plano Real debelou a inflação crônica e renitente, mas de lembrar que não se pode deitar sobre os louros da vitória e negligenciar os graves problemas que o país enfrenta. O relatório da OIT dá boas pistas de como alguns países estão enfrentando o problema do desemprego de jovens, muitos deles com curso superior e qualificação profissional. Além de outras providências, a criação de programas de formação e medidas fiscais para subsidiar a contratação de jovens têm sido saídas adotadas por países da Europa, onde a crise é grave e conhecida.

A reportagem da *Gazeta do Povo* sobre a juventude desperdiçada vai mais longe: além de não estarem trabalhando, aqueles jovens também não estão na escola. Embora o relatório da OIT traga elogios a algumas medidas adotadas no Brasil, como o Bolsa Família e o programa “primeiro emprego”, os números sobre jovens sem emprego e fora da escola revelam uma situação grave, exatamente porque são números que ocorrem em um momento bom da economia brasileira. Se o país não conseguir reverter esse quadro dramático enquanto sua economia vem crescendo e passando ao largo da crise mundial, dificilmente a situação será revertida quando os bons ventos pararem de soprar a favor do Brasil.

Não se trata de plantar uma visão pessimista da situação dos jovens brasileiros. Trata-se de olhar os dados com isenção e entender que é necessário realizar modificações na legislação que regula as relações entre o trabalho e o capital, para que o país consiga melhorar os indicadores de emprego. A existência de uma geração de jovens sem emprego e sem escola tem de se tornar inaceitável por todos: governo, empresas e sociedade. Só assim o Congresso Nacional poderá ser mobilizado para modificar a legislação atualmente em vigor.

Nenhuma lei tem o poder de, por si mesma, resolver o problema do crescimento econômico e da falta de emprego. Mas leis boas, modernas e estáveis têm o poder de criar um ambiente institucional favorável aos investimentos e à contratação de mão de obra, e oferecer chances reais aos milhões de jovens esperançosos por um trabalho e por melhorias em sua condição social.

07 NOV 2012

GAZETA DO POVO

➤ JUSTIÇA FEDERAL E TRABALHISTA

Por reajuste, juízes cruzam os braços hoje e amanhã

Juízes federais e trabalhistas cruzam os braços hoje e amanhã para dar visibilidade às reivindicações da categoria, que busca maior valorização. O movimento ocorre em todo o país. No Paraná, a paralisação é organizada pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 9.^a Região (Amatra IX) e a Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe).

De acordo com Fabrício Nogueira, presidente da Amatra IX, a paralisação nos trabalhos não vai afetar a população. “Os juízes vão atender em caso de alguma emergência. Não teremos audiências, que foram adiantadas ou remarçadas, mas o restante do trabalho será executado normalmente”, disse.

Os juízes decidiram também não participar da Semana Nacional de Conciliação, evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que acontece entre 07 e 14 de novembro. “A Justiça Federal do Paraná já faz audiências de conciliação todos os dias e o nosso trabalho acaba ficando em segundo plano”, comenta Antônio Bochenek, presidente da Apajufe.

Motivos

A mobilização ocorre por melhores condições de trabalho e reajuste salarial. A categoria não concordou com o percentual oferecido pelo Executivo aos servidores federais em agosto deste ano, que chegaria a 15,8% até 2015, e também reclama mais atenção com a segurança e ambiente de trabalho dos juízes.

Hoje à tarde, ocorre ato com os presidentes das duas associações no Fórum Trabalhista de Curitiba. Amanhã, a ação será no prédio da Justiça Federal do Paraná. Os organizadores da mobilização no estado estarão no local para dar explicações sobre a paralisação à população.

COLUNA DO LEITOR

Paralisação dos juízes

Sobre a paralisação dos juízes (**Gazeta**, 5/11), acredito que os magistrados deveriam receber proporcionalmente ao trabalho realizado, ou seja, por produtividade. Quanto mais trabalhassem, mais ganhariam. A população já não aguenta a demora nos julgamentos de ações e processos, que, em muitos casos, levam entre 10 e 20 anos para serem julgados. Por que tanta demora?

David Francisco Pinto

Custo do voto nas eleições deste ano foi o mais baixo desde 1996

TSE gastou R\$ 395,2 milhões para o pleito de 2012, R\$ 2,81 por voto. Uma queda de 27% em relação à disputa de 2010

BRASÍLIA
Folhapress

O custo do voto nas eleições municipais de outubro foi o mais baixo desde 1996, quando começou a ser implementado o sistema eletrônico no país. Segundo levantamento divulgado ontem pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a despesa total com a disputa foi de R\$ 395,2 milhões, e cada voto representou um gasto de R\$ 2,81.

O valor individual do voto registrou uma queda de 27%

em relação às eleições de 2010. De acordo com a presidente do TSE, Cármen Lúcia, essa redução foi provocada especialmente por maior planejamento e diminuição dos gastos com questões de segurança, transporte de urnas e o sistema biométrico.

“Os tribunais regionais foram muito atentos e firmes no sentido de gastar o que era preciso. Nós enxugamos onde pôde”, disse após se reunir com os presidentes dos tribunais regionais em Brasília para um balanço do pleito.

Nestas eleições, 401 municípios precisaram de reforço das Forças Armadas no primeiro turno e dois no segundo turno. Isso gerou custo de R\$ 24,2 milhões aos cofres públicos, 42% a menos no que foi gasto nas eleições de 2008.

Abstenção

De acordo com os números, no primeiro turno, com-

pareceram 115.807.514 eleitores, ou 84,59% do eleitorado. No segundo turno, foram às urnas 25.661.378 eleitores, 80,88% do total esperado. A presidente do TSE avaliou como “prematura” a relação entre o aumento da abstenção e a falta de recadastramento do eleitorado.

No entanto, as capitais nas quais o TSE fez o recadastramento de eleitores tiveram, em média, o menor percentual de abstenção. Na primeira rodada da disputa, a média dos eleitores faltosos que moram em Curitiba, Maceió, Aracaju, Porto Velho e Goiânia, que passaram pelo recadastramento, foi de 9,9%. Nas demais capitais, a média dos faltosos foi de 17,4%. No segundo turno, a média de abstenção em Curitiba e Porto Velho atingiu 11,98% — abaixo da média de 19,32% de abstenção das outras 15 capitais em que não houve recadastramento.

R\$ 24,2
MILHÕES

foi quanto a Justiça Eleitoral gastou neste ano com reforços das Forças Armadas para 401 municípios.

80,8%

dos eleitores esperados para o segundo turno estiveram presentes nessa etapa do pleito.

07 NOV 2012

GAZETA DO POVO

➤ VIOLÊNCIA

Muito dinheiro e pouco resultado

Anuário de Segurança Pública revela que o Brasil gasta mal na tentativa de diminuir homicídios. Paraná é o 10º estado mais violento do país

Diego Ribeiro

O Brasil gasta muito e mal com segurança pública e, não por acaso, os números da violência ainda seguem altos. Enquanto houve um aumento de 24,4% nas despesas com policiamento, defesa civil e inteligência no país, a taxa de homicídio doloso (com intenção de matar) está estagnada em 22 mortes por 100 mil habitantes, muito acima dos 10 por 100 mil, taxa tolerável pela Organização Mundial da Saúde. A conclusão é do 6.º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado ontem. O relatório é feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e analisa os dados estaduais e nacionais.

Os investimentos do país no setor somaram R\$ 51,5 bilhões em 2011, incluindo custeio. No Paraná, houve um aumento de 14% no gasto per capita (veja infográfico) e o cenário nacional se repete. Em contrapartida, quando o assunto é inteligência e informação, houve uma queda de 10% no gasto. Mesmo assim, houve redução de 6,4% na taxa de homicídios, que ainda

é altíssima (29,3 por 100 mil). Só em 2011, foram 3.085 homicídios dolosos, colocando o Paraná como o 10.º estado mais violento do país.

Para a secretária executiva do Fórum, Samira Bueno, o problema do Brasil está claro. “Não adianta aumentar o gasto. O importante é a forma como o gasto é feito”, afirma. Ela explica com o exemplo da Alemanha. Proporcionalmente, o país europeu tem um gasto semelhante ao do brasileiro. Os alemães gastam 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB); o Brasil, 1,3%. Mas a taxa de homicídio alemã é de 0,8 morte por 100 mil habitantes. “É mais uma questão de como se gasta, e não a quantidade”, ressalta.

Investir em qualidade

Segundo o sociólogo da PUCMG, Luís Flávio Saporì, é preciso qualificar o gasto e mirar na solução de problemas. “É preciso investir mais em qualidade de investigação, no trabalho policial. Apesar das melhorias econômicas do país, a violência segue altíssima”, explica.

O Paraná é o único estado que informa o número de homicídios dolosos com base na quantidade de vítimas e não no de ocorrências. Por outro lado, o estado peca na contribuição para uma análise mais profunda do quadro da segurança pública do país.

Segundo o anuário, o Paraná e outros quatro estados ainda não alimentam o Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal, base de dados da Secretaria Nacional de

Segurança Pública. “O Paraná tem uma boa informação, mas não alimenta a base nacional, o que dificulta análise de um cenário mais aprofundado no país”, critica Samira.

PARANÁ

Governo quer investir cinco vezes mais em informação e inteligência

A Secretaria da Segurança Pública do Paraná (Sesp) informou que pretende, em 2013, aumentar em cinco vezes o investimento em informação e inteligência. De 2010 para 2011, houve uma queda de 10,68% nessa área. Os dados estão na 6ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Sinesp

O documento também avaliou que o Paraná tem uma ótima qualidade no repasse das informações – é o único que informa as estatísticas com base no número de vítimas, e não no número de ocorrências –, mas que ainda não alimenta adequadamente o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). “Há determinação para a alimentação do sistema, mas não há apoio aos estados para que isso seja feito. Durante o governo anterior, não havia compromisso em informar esses dados. Agora, a orientação é informar todos os dados relativos à Secretaria”, informou a assessoria de imprensa do órgão. Ainda segundo a Sesp, a alimentação do Sinesp deve começar no próximo mês.

CONTINUA

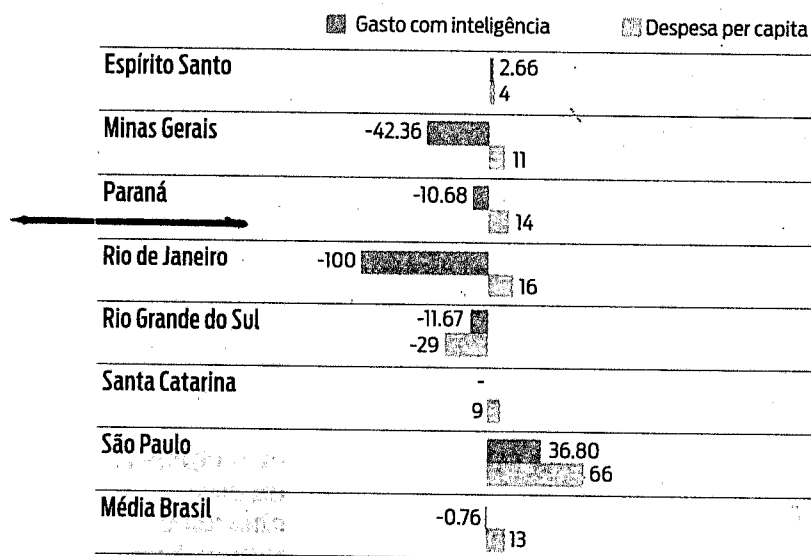
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

07 NOV 2012

INVESTIMENTO INÓCUO

Enquanto o Brasil segue gastando muito em segurança pública, analistas questionam a qualidade dessas despesas. Por enquanto, os números de homicídio não têm refletido o alto gasto público no setor. No Paraná, por exemplo, a taxa de homicídios segue alta, com 29,3 mortes a cada 100 mil habitantes.



● Nesses dois quesitos somados, o governo federal gastou em 2010 **R\$ 545 milhões** e em 2011, **R\$ 507 milhões**, uma queda de 7% no gasto. A média nacional naquela outra informação representa o gasto total dos estados. Ou seja, enquanto os estados têm gasto mais, a União tem gasto menos. Isso mostra que os estados estão assumindo uma responsabilidade maior na segurança pública.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Infografia: Gazeta do Povo.

74,5
MORTES

para cada grupo de 100 mil pessoas. Essa é a taxa de homicídios de Alagoas em 2011, a maior do país.

GAZETA DO POVO

Ministro do STF vai pedir redução da pena de Valério

07 NOV 2012

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma hoje o cálculo das penas dos 25 condenados no processo do mensalão. Até agora, só foi definida a pena do operador do esquema, Marcos Valério, em 40 anos, seis meses e um dia de prisão. Apesar disso, o ministro Marco Aurélio promete, ao fim do julgamento, propor a diminuição da pena de Valério por ter colaborado com a investigação.

Valério forneceu ao STF uma lista com os recebedores de propina, o que ajudou a chegar ao nome dos parlamentares que venderam apoio político no Congresso Nacional. "Se ele colaborou, precisa ser tratado como colaborador. Vou propor a redução da pena antes de terminar o julgamento", anunciou Marco Aurélio.

O ministro também defende a diminuição da pena de Valério com base na forma de cálculo usada. O STF somou as penas atribuídas a cada um dos crimes cometidos, mas Marco Aurélio defende a adoção da continuidade delitiva — método que considera a pena mais grave atribuída ao réu e aumenta-se em um percentual definido pelo Código Penal. Se a sugestão for aceita, a pena aplicada a Valério ficará bem menor. O réu foi condenado por corrupção ativa, formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

>> EVENTO

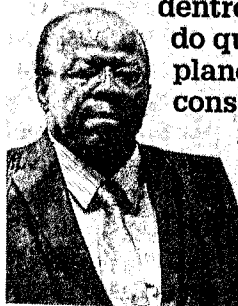
Conferência Anticorrupção começa hoje em Brasília

Começa hoje em Brasília a 15.ª Conferência Internacional Anticorrupção (IACC), que segue até a próxima segunda-feira. O evento é promovido pela ONG Transparência Internacional e organizado pela Controladoria-Geral da União (CGU) em parceria com a Amarríbo Brasil e com apoio do Instituto Ethos.

O objetivo do encontro é desenvolver, apoiar e compartilhar estratégias de combate à corrupção. Na programação estão previstas palestras e plenárias sobre o assunto. A última edição do evento, que ocorre a cada dois anos, foi em Bancoc, na Tailândia. Para este ano, estão confirmados 1,5 mil participantes de 135 países.

Pique do Jogo

"Esse julgamento trouxe o tribunal para dentro das famílias e o resto do que vem acontecendo no plano pessoal é consequência disso. Há muito carinho por parte das pessoas."



Joaquim Barbosa, ministro do STF e relator do mensalão, sobre a sua popularidade.

07 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Supremo tenta acelerar definição de penas

Integrantes do tribunal buscam parâmetros mais objetivos para retomar julgamento após interrupção de 12 dias

Pena de Valério pode ser reduzida se vários crimes que levaram à sua condenação forem considerados um só

Com a missão de definir as penas de todos os condenados, o Supremo Tribunal Federal retoma hoje o seu maior julgamento, o do mensalão, que já dura três meses. A 43ª sessão ocorre após 12 dias sem analisar o caso.

Os ministros só decidiram até agora as punições de Marcos Valério, que somadas ultrapassam 40 anos de prisão, e de parte das de um de seus sócios, Ramon Hollerbach.

Após a condenação de 25 dos 37 réus, o tribunal iniciou no fim de outubro a chamada dosimetria das penas. O caso foi paralisado por causa de uma viagem do ministro relator Joaquim Barbosa à Alemanha para tratar o problema que tem na cintura.

Nesse período, ministros conversaram e concordaram em agilizar o caso. Uma das propostas, apresentada para o relator, é que ele deixe de ler o resumo dos motivos que levaram às condenações, o que tem arrastado as sessões.

Ontem, o presidente do tribunal, Ayres Britto, disse esperar que o julgamento acabe em até cinco sessões, mas outros ministros acham esse período muito curto.

Britto adiantou que estuda realizar uma sessão extra no dia 16, mas admite que a ideia pode não vingar porque na véspera é feriado nacional.

O presidente completa 70 anos no dia 18 e, caso o tribunal não acelere o julgamento, é impossível sua participação até o final.

Inicialmente, ministros ouvidos pela **Folha** consideram que a definição de parâmetros mais objetivos poderá baixar as penas de Valério.

Eles dizem, por exemplo, que existe a probabilidade de considerar vários crimes que levaram à sua condenação como se fossem um só, por estarem relacionados, o que evitaria a soma das penas.

Os ministros acreditam ainda que outras regras devem ser definidas para possibilitar que somente a primeira das três fases da dosimetria — a fixação da pena-base — seja realmente subjetiva.

Depois disso, para eles é razoável o padrão adotado por Joaquim Barbosa de aumentar em um sexto o tamanho da punição se houver agravante, como ser líder de um dos núcleos.

A outra questão é definir o quanto aumentar a pena no “crime continuado” — deverá prevalecer a proposta de Celso de Mello, que aumenta a pena no máximo em dois terços quando houve mais de seis crimes em sequência.

EM ARACAJU

Barbosa afirmou ontem que “o julgamento trouxe o tribunal para dentro das famílias. Há muito carinho por parte das pessoas”, disse, no 6º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Aracaju.

Indagado sobre sua popularidade, Barbosa afirmou que “há uma identificação cada vez maior” da população com as questões jurídico-institucionais tratadas pela corte. “Sou simplesmente um cidadão que cumpre seus deveres e obrigações.”

CONTINUA

CONTINUAÇÃO
O CÁLCULO DAS PENAS

FOLHA DE S. PAULO

Ministros retomam hoje a definição das punições dos 25 condenados

COMO SE CHEGOU À PENA DE MARCOS VALÉRIO

07 NOV 2012

Os crimes	Definição da pena final	As etapas
Formação de quadrilha Segundo a denúncia, ele organizou um bando para obter vantagens do Estado	2 anos e 11 meses +	A pena-base foi fixada em 2 anos e 6 meses de prisão e aumentada em 1/6 sob a alegação de que Valério tinha papel proeminente no bando
Corrupção ativa O réu teria feito repasse de dinheiro ao então presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha	4 anos e 1 mês +	A pena-base foi fixada em 3 anos e 6 meses de prisão e aumentada em 1/6 porque Valério, segundo a Procuradoria, coordenou a atuação dos outros envolvidos
Corrupção ativa Condenado por repasses de dinheiro ao então diretor do BB, Henrique Pizzolato	3 anos, 1 mês e 10 dias +	A pena-base foi fixada em 2 anos e aumentada em 4 meses porque Valério teria sido o articulador do esquema e em 1/3 porque o agente público envolvido cometeu o crime
Corrupção ativa De acordo com a Procuradoria, Valério fez repasses de dinheiro a deputados federais do PP, PL (atual PR), PTB e PMDB, em troca do apoio ao governo	7 anos e 8 meses +	A pena-base foi fixada em 4 anos e aumentada em 1/6 porque Valério, segundo a Procuradoria, organizou o esquema, e aumentada pela metade porque houve crime continuado, ou seja, porque um mesmo delito foi cometido várias vezes
Peculato Foi condenado por, em co-autoria com o presidente da Câmara, ter desviado dinheiro de um contrato de sua agência com a Casa	4 anos e 8 meses +	A pena-base foi fixada em 4 anos e aumentada em 1/6 porque, segundo a Procuradoria, Valério corrompeu o presidente da Câmara
Peculato Foi condenado por, em co-autoria com o então diretor do BB Henrique Pizzolato, ter desviado dinheiro de contratos com o banco	5 anos, 7 meses e 6 dias +	A pena-base foi fixada em 4 anos e aumentada em 8 meses porque, de acordo com a denúncia, Valério dirigia as atividades dos sócios e em 1/3 porque o mesmo crime foi cometido diversas vezes
Lavagem de dinheiro Segundo a denúncia, Valério teria ocultado a origem ilícita de recursos por meio de empréstimos simulados com bancos	6 anos, 2 meses e 20 dias +	A pena-base foi fixada em 4 anos e aumentada porque Valério, segundo a denúncia, foi o operador do esquema, e em 1/3 em razão do crime continuado
Evasão de divisas Foi condenado por ter feito remessas ilegais de recursos ao exterior para pagar os publicitários Duda Mendonça e Zilmar Fernandes	5 anos e 10 meses +	A pena-base foi fixada em 3 anos e aumentada em seis meses porque Valério, de acordo com a Procuradoria, desempenhou papel proeminente no esquema, e em 2/3 porque o mesmo crime foi cometido diversas vezes

TOTAL
40 anos, **1** meses e **6** dias de prisão

FOLHA DE S. PAULO

JOAQUIM FALCÃO

THIAGO BOTTINO

07 NOV 2012

ANÁLISE

Votos podem ser alterados até o final do julgamento

CONTINUAÇÃO

Enquanto o julgamento não terminar, qualquer voto pode ser alterado. Isso já ocorreu durante a fase de condenações e absolvições.

Com as penas não será diferente. Mudar não é incoerência, erro ou conspiração. A lei permite. É natural em um debate. Até a proclamação solene, o ministro pode descobrir um novo argumento, suprir uma falta e mudar. Aplicar a lei é sempre um ato de vontade limitada. Aplicar a lei não resulta de uma programação de computador.

O julgamento é um conjunto de decisões. Em algumas fases, a lei permite maior subjetivismo. Em outras, não.

Na primeira fase da definição da pena existe muita subjetividade: culpabilidade, antecedentes, conduta social e personalidade do agente, motivos, circunstâncias e consequências do crime. Mas a lei não define o que é personalidade. Tal indefinição influencia a pena. A liberdade começa em o juiz escolher conteúdos para esses conceitos e o consequente aumento da pena. Aí mora a subjetividade.

Na segunda fase, quando se consideram agravantes e atenuantes, a lei é mais objetiva. É agravante crime contra maior de 60 anos. O juiz não pode considerar agravante se a vítima tiver 59 anos.

A terceira fase, causas de aumento ou diminuição da pena, tende a ser mais objetiva. Se o funcionário corrompido praticou o ato que ensejou o oferecimento da vantagem, não tem saída: eleva-se a pena em um terço.

O mistério do julgar é identificar o quanto em cada voto o juiz misturou o objetivo com o subjetivo. Daí a necessidade de fundamentar bem, e da publicidade. Só com a publicidade o cidadão, o réu e a defesa entendem como o ministro usa sua liberdade.

JOAQUIM FALCÃO E THIAGO BOTTINO são professores da FGV Direito Rio

MÔNICA BERGAMO

PRÓXIMO CAPÍTULO

O STF (Supremo Tribunal Federal) decide, depois do mensalão, se anula ou confirma as investigações do assassinato de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André morto em 2001. Os ministros devem dizer se o Ministério Público poderia investigar o caso ou apenas acompanhar a polícia —que, ao contrário dos promotores, concluiu que se trata de crime comum.

FUX DECIDE

O processo está parado no gabinete de Luiz Fux, que pediu vista quando ele estava sendo votado. O ministro, que foi indicado com apoio de Antonio Palocci e também de réus do mensalão, depois de assumir se tornou um dos magistrados mais rigorosos no julgamento do mensalão.

TABELA

E o STF deve usar, a partir de hoje, uma tabela para decidir as penas dos réus do mensalão. Num lado estarão aquelas determinadas pelo relator Joaquim Barbosa. No outro, as defendidas pelo revisor, Ricardo Lewandowski. Os magistrados podem optar por uma delas ou propor pena intermediária.

07 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Judiciário propõe gabinete de crise contra a violência

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e o TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo apresentaram proposta ao governo paulista para a criação de um gabinete de crise contra a onda de violência no Estado.

A intenção é fazer uma parceria com o governo de SP para colaborar com as ações da polícia. Ministério da Justiça e Ministério Público Federal também fariam parte da ação.

Segundo o presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, entre as possíveis medidas estão a realização de um mutirão judiciário para tratar dos homicídios e a agilização de autorizações judiciais para investigações especiais, como escutas telefônicas.

O convênio também prevê ações a longo prazo.

Sartori e o corregedor do CNJ Francisco Falcão reuniram-se ontem em Aracaju para o Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Contatado, o governador Geraldo Alckmin se mostrou "simpático" à proposta, disse Sartori. Uma reunião para discutir o tema deve ocorrer amanhã.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Violência paulistana

SÃO PAULO - O que está acontecendo com a violência em São Paulo? É difícil dizer. Até pela política de transparência zero que o governo do Estado dá ao problema das organizações criminosas, podemos apenas especular com base nos dados objetivos que foram divulgados.

A julgar pelos números, estamos diante de um recrudescimento dos homicídios dolosos, cujas vítimas, na capital, saltaram de 71 em setembro do ano passado para 144 em setembro deste ano. É claro que boa parte desse aumento de 102,8% se deve a efeitos estatísticos. Estamos comparando um mês particularmente ruim com um especialmente bom. Os dados ficam menos assustadores se considerarmos o acumulado do ano, hipótese em que a alta é de 24,6% contra igual período de 2011.

De toda maneira, é inegável que houve uma mudança para pior e que ela faz soar o alarme. A constatação de que as mortes de policiais também subiram bastante torna difícil negar a versão de que a elevação da violência se deve a uma guerra travada entre agentes da lei e membros do crime organizado.

A questão central é se essa situação vai perdurar, comprometendo os avanços históricos do Estado de São Paulo, que fez os homicídios caírem de 35,27 por cem mil habitantes, em 1999, para 10,05 em 2011, ou se estamos diante de um fenômeno mais passageiro.

Pessoalmente, aposto na segunda hipótese. Para começar, muitos dos macrofatores que ajudaram a baixar os números paulistas, como os investimentos na polícia, o envelhecimento da população e a solidificação de relacionamentos sociais, continuam a pleno vapor. O mais importante, porém, é um outro aspecto. Governantes não gostam nem de ouvir falar, mas a tendência é que policiais e criminosos encontrem um "modus vivendi". O estado de confronto permanente, afinal de contas, é ruim tanto para a saúde como para os negócios dos envolvidos.

07 NOV 2012

PAINEL

Tira e põe Enquanto Geraldo Alckmin recebeu, ontem, ajuda federal no combate ao crime organizado, o STF acolheu pleito do governo paulista eliminando adicional salarial para cerca de 85 mil policiais militares.

07 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Por aumento, juízes fazem paralisação hoje e amanhã

Associações recomendam aos magistrados que atendam somente casos emergenciais

Os juízes federais e trabalhistas vão paralisar suas atividades hoje e amanhã para reivindicar um aumento de salarial de 28,86%.

A categoria, que tem salário inicial de R\$ 21,8 mil, afirma que o aumento serviria para recompor a perda pela falta de reajuste desde 2006.

Não há previsão de quantos magistrados efetivamente vão aderir ao movimento.

A orientação é que os juízes compareçam aos fóruns, mas atendam só emergências.

“Quem é juiz há muitos

anos recebe o mesmo que aquele em início de carreira. Isso afeta o estado de ânimo”, diz Nino Toldo, presidente da Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil). A paralisação também é organizada pela Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho).

No ano passado, os juízes fizeram paralisação de um dia. A estimativa foi de 20 mil audiências adiadas só na Justiça do Trabalho.

A OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo) criticou o movimento, que foi classificado de “corporativista”.

A GREVE DA JUSTIÇA

Veja o que fazer durante a paralisação



O que fazer

Para quem tem audiência marcada, a OAB recomenda entrar em contato com o advogado para saber se juiz aderiu à paralisação



O que afeta

Uma nova audiência pode demorar de 2 a 3 meses para ser remarçada. Pedidos de última hora podem não ser avaliados



Associações

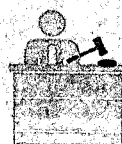
A Ajufe e a Anamatra afirmam que as audiências canceladas terão preferência na hora de serem remarçadas



3.189

Juízes do Trabalho

> A Justiça do Trabalho julga processos que tratam das relações trabalhistas



1.734

Juízes Federais

> A Justiça Federal tem competência sobre ações contra União e empresas federais

Justiça do Trabalho em SP (11h30-18h)

> Fórum da Barra Funda
Av. Marquês de São Vicente, 235

> TRT 2ª Região
Rua da Consolação, 1272

Justiça Federal em SP (9h-19h)

> Varas Criminais e Previdenciárias
Al. Ministro Rocha Azevedo, 25

> Varas Cíveis
Av. Paulista, 1682
> Juizado Especial
Av. Paulista, 1345

> Execuções Fiscais
Rua João Guimarães Rosa, 215

07 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Dirceu diz que STF derrubou diploma para jornalistas por pressão da mídia

O ex-ministro José Dirceu disse ontem, em seu blog, que o Supremo Tribunal Federal aboliu a obrigatoriedade de diploma para exercício do jornalismo “depois de intensa pressão desencadeada no país por entidades patronais e barões da mídia que sempre tentaram derrubá-la”.

Em campanha pelo controle dos meios de comunicação no país, Dirceu defendeu a exigência do diploma para jornalistas e a regulação da mídia ao falar sobre o 35º Congresso Nacional de Jornalistas, que acontece no Acre.

Segundo ele, o congresso “realiza-se num momento crucial em que o país retoma a discussão da regulação da mídia, um debate que deverá se intensificar” em 2013.

No texto, ele afirma que a exigência de diploma “foi uma conquista que durou 40 anos —de 1969 a 2009— quando foi extinta pelo Supremo Tribunal Federal”.

A colegas do PT Dirceu, condenado pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha, acusou os ministros do STF de sucumbir à pressão da imprensa no julgamento do mensalão. Para ele, os jornais influenciaram nas condenações.

Em outro texto, o ex-ministro afirma que “a grande e velha mídia” dá “irrestrita e integral solidariedade” às elétricas nas negociações com o governo federal. “Conservadora, esta ‘vende’ as negociações desencadeadas pelo governo como intervenção do Estado na economia”, afirmou o ex-ministro.

Tribunais criam meta para julgar casos de corrupção

Os presidentes dos tribunais definiram como meta prioritária julgar até o fim do ano que vem todos os processos sobre corrupção e improbidade administrativa iniciados antes de 1º de janeiro de 2012.

É a primeira vez que o Judiciário decide fixar esse tipo de objetivo. A decisão ocorreu no 6º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Aracaju (SE).

O objetivo não é aplicável ao Supremo, pois a corte é hierarquicamente superior ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que fiscaliza o cumprimento das metas.

TSE diz que é ‘cedo’ para saber motivo de abstenções

Presidente afirma que dados serão analisados

A presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Cármen Lúcia, afirmou ontem que é “premature” estabelecer uma relação entre o número de abstenções nas eleições com a falta de recadastramento dos eleitores.

Segundo dados divulgados ontem, compareceram às urnas no primeiro turno 115,8 milhões de eleitores, sendo que o índice de abstenção foi de 16,4%. No segundo turno, 25,6 milhões votaram na escolha de 50 prefeitos, e a abstenção foi de 19,1%.

“Seria prematuro ter um dado. Agora é preciso analisar porque em alguns Estados a abstenção foi maior do que em outros”, disse.

Na avaliação da presidente do TSE, outros fatores, como o horário de verão em algumas capitais e feriados ampliados na véspera das eleições, tiveram influência no índice de faltosos. Ela disse que vai analisar os dados para definir ações que mostrem a importância do voto.

No Estado de São Paulo, o recadastramento deve terminar somente em 2018.

Não está previsto na capital paulista um mutirão para coletar os dados biométricos dos eleitores.

07 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Assassino do cartunista Glauco é transferido para clínica em Goiânia

Transferência de Carlos Eduardo Sundfeld Nunes ocorreu em 23/10, a pedido da família

O assassino confesso do cartunista Glauco Villas Boas e do filho dele, Raoni, foi transferido do Complexo Médico Penal, em Quatro Barras (região metropolitana de Curitiba), para uma clínica psiquiátrica em Goiânia.

Carlos Eduardo Sundfeld Nunes, conhecido como Cadu, foi transferido em 23 de outubro. O pedido foi feito por sua família e autorizado pela Justiça do Paraná, com aval da Justiça de Goiás.

A vaga é custeada pelo SUS (Sistema Único de Saúde). A transferência foi divulgada ontem pelo jornal "O Globo".

Nunes chegou a ficar preso no presídio federal de Catanduvas em 2010, quando Glauco foi morto. No ano seguinte, foi considerado inimputável após um laudo apontar que sofre de esquizofrenia. A Justiça determinou que ele ficasse ao menos três anos sob cuidados psiquiátricos.

No complexo penal, ele ficava preso em uma cela e passava por tratamento médico.

Na Clínica de Repouso de Goiânia, fica em quartos que possuem de três a cinco leitos e pode circular pelo pátio e por outras áreas.

Funcionários da clínica disseram, sob anonimato, que Nunes foi recebido sem a informação de que cumpre medida de segurança e que ele aparenta tranquilidade.

Ele fica sob acompanhamento do Paili (Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator), ligado ao governo goiano. Ao solicitar a transferência, o pai dele alegou que gastava mais de R\$ 5.000 mensais com passagens aéreas para visitar o filho.

Segundo o promotor Haroldo Caetano da Silva, de Goiânia, os três anos não precisam ser cumpridos em regime de internação. A coordenadora do Paili, Maria Aparecida Diniz, diz que, se Nunes receber alta, poderá ir para um centro de atenção psicossocial ou para casa, sob responsabilidade da Justiça.

O cartunista e líder religioso Glauco, 53, e o filho dele, 25, foram assassinados a tiros por Nunes, no dia 12 de março de 2010, em Osasco, na Grande São Paulo.

07 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Mãe tenta há 3 meses retirar filho de abrigo

Menino saiu de casa sem ser visto e após ser encontrado na rua foi levado à delegacia

A mãe de um menino de dois anos que sumiu de casa em Campinas (93 km de São Paulo) briga há três meses para ter o filho de volta.

O garoto foi levado a uma delegacia em 5 de agosto e direcionado a um abrigo.

A mãe, Raquel Francisca dos Santos, 23, diz que ele saiu de casa sem ninguém perceber, provavelmente quando ela abriu o portão da casa do ex-namorado para deixar um saco de lixo na rua.

Ela diz que aguarda desde então a visita de uma assistente social que irá avaliar suas condições de criá-lo.

Enquanto isso, a criança só vê a mãe quinzenalmente no fórum da cidade.

Grávida e mãe de duas meninas, de cinco e oito anos, ela vive com os pais num bairro de classe média da cidade.

Em setembro, o juiz Richard Pae Kim determinou que o menino ficasse no abrigo. Na decisão liminar, alegou que a mãe “não apresenta condições de cuidar do filho e o submete a situação de risco” — o que ela contesta.

Um trecho do processo diz que, no dia em que a criança foi encontrada, possuía “assaduras e marcas nas pernas” e que a mãe não demonstrou “emoção ou preocupação” ao localizar o garoto.

Segundo Raquel, as marcas são de um acidente e diz que levou cerca de 20 minutos após perceber o sumiço do filho para ligar para a polícia. “Sai pelas ruas e um casal disse que tinha achado meu filho chorando na praça e o levou para a delegacia. Na mesma hora fui para lá”, diz.

De acordo com ela, o Conselho Tutelar encaminhou o menino para o abrigo devido sua demora em achá-lo. Procurado pela **Folha**, o conselho não quis se manifestar.

A assistente social da Vara da Infância e da Juventude Maria Lígia Alves disse que foi marcada para hoje uma reunião com a família e representantes do abrigo.

Ainda assim, a visita da assistente social é necessária.

07 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

PLANOS DE SAÚDE

Especialista alerta sobre direitos

Em uma relação cada vez mais conturbada entre planos de saúde e segurados, o especialista em planos de saúde Fabrício Angerami Poli, do escritório Marques e Bergstein Advogados Associados, aponta algumas irregularidades praticadas repetidamente pela maioria das operadoras de planos e seguros de saúde. Ele alerta que podem ser evitadas pelo Poder Judiciário, mediante ação judicial a ser proposta por cada segurado.

Diante de tais irregularidades, não apenas para ter os seus direitos válidos, mas, sobretudo, para corrigir a postura dessas operadoras de seguros, é dever do segurado, como cidadão, mover tais ações judiciais, para que o Poder Judiciário possa proibir práticas ilícitas por parte das operadoras de planos de saúde.

“Importante mencionar que o medo do segurado sempre foi por uma eventual retaliação da operadora de seguros, mediante o aumento do prêmio ou futuras negativas para procedimentos que, corriqueiramente, eram antes cobertos”, acrescenta Fabrício Poli. No entanto, o efeito de uma ação promovida contra a seguradora é totalmente oposto, uma vez que, vendo ela que os seus segurados fazem valer os seus direitos, pensarão duas vezes antes de negarem alguma cobertura que sabem ser devida.

DIREITOS MAIS CONTESTADOS

- 1) reajustes, por faixa etária, para segurados que tenham completado 60 anos ou mais, a partir do ano de 2004, são abusivos e podem ser revertidos, no Judiciário, inclusive com a devolução, pela operadora de seguros, daquilo que foi cobrado indevidamente, incidindo sobre o valor juros e correção monetária;
- 2) além desse tipo de reajustamento, também aqueles feitos atualmente para os segurados que completem 59 anos de idade, caso flagrantemente abusivos, destoantes dos outros reajustes praticados ao longo do contrato, podem ser revertidos no Judiciário;
- 3) stents, marca-passo, próteses e demais materiais utilizados para complementação ou substituição de função do organismo, quando utilizados numa cirurgia, devem ser cobertos pela seguradora;
- 4) exames e procedimentos cirúrgicos, ainda que não constantes do rol de cobertura da ANS, desde que não sejam experimentais, devem ser cobertos pela operadora de seguros;
- 5) medicamentos quimioterápicos, ainda que tomados pela via oral, devem ser cobertos pela seguradora;
- 6) tratamentos fisioterápico e fonoaudiológico, se utilizados como o próprio tratamento da doença do segurado, devem ter cobertura pelo seguro de saúde;
- 7) não é permitido o descredenciamento de clínicas e hospitais, sem que seja feita a sua substituição por outra equivalente (mesma qualidade de serviço, mesma facilidade de acesso, mesma localização geográfica).

07 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

Voto custou R\$ 2,81

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, disse ontem, em Brasília, que o custo das eleições municipais de 2012 foi o menor desde a implantação do sistema eletrônico de votação, em 1996. Segundo o TSE, o pleito custou R\$ 395.270.694,00, o que equivale a R\$ 2,81 por eleitor. Na eleição municipal de 2008, o voto por eleitor custou R\$ 3,75, e na presidencial de 2010, R\$ 3,86. De acordo com a ministra, o planejamento e o aperfeiçoamento constante do processo de votação podem ser fatores que contribuíram com a diminuição dos custos. A presidente citou, por exemplo, a redução nos gastos com o envio de força federal a municípios brasileiros para manutenção da lei e da ordem, tendo em vista que os Tribunais Regionais Eleitorais formaram comitês que discutiram e planejaram a segurança das eleições com remanejamento do efetivo das próprias polícias dos Estados.

Biometria

Sobre a implantação da identificação biométrica do eleitor em mais cidades, a ministra Cármen Lúcia disse que os TREs farão levantamento sobre as revisões eleitorais necessárias em cada Estado e, na reunião dos presidentes da Justiça Eleitoral, em dezembro próximo, já se deve ter o novo número. Nas eleições municipais deste ano, 7.803.050 eleitores de 299 cidades em 24 Estados foram identificados pelas digitais, mas o cadastro eleitoral já conta com os dados biométricos de mais de 8,2 milhões de eleitores.

Recursos de candidaturas

Segundo informações do site do TSE, a ministra Carmem Lúcia afirmou que, dos 7.703 processos recebidos, o TSE já julgou 5.433, sendo 900 decididos pelo Plenário da Corte. Quanto aos cerca de dois mil restantes, a ministra afirmou que até 19 de dezembro, data limite para que os juízes eleitorais diplomem os eleitos, todos os recursos estarão julgados. Segundo a ministra, o TSE já identificou e julgou a maioria dos casos que poderia influenciar no resultado das eleições, restando apenas processos de candidatos que não obtiveram votação expressiva.

07 NOV 2012

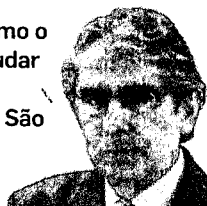
O ESTADO DE S. PAULO CNJ e TJ vão acelerar o julgamento de homicídios

● Observação

CARLOS AYRES BRITO

PRESIDENTE DO CNJ

"Estamos avaliando como o CNJ pode ajudar o Poder Judiciário de São Paulo"



Um gabinete de crise será montado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo governo de São Paulo para acelerar o julgamento de acusados de crimes de sangue cometidos no Estado, na tentativa de combater a onda de violência.

O comitê poderá ainda facilitar a transferência de presos ligados a facções criminosas para presídios federais, com o objetivo de evitar ordens para novos ataques em São Paulo, especialmente contra policiais militares.

O presidente do CNJ, ministro Carlos Ayres Britto, afirmou que serão adotadas medidas urgentes para ajudar o governo de São Paulo. "Essa é uma medida tópica para essa emergência que surgiu", disse o ministro. Ontem, o corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, telefonou para o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, para oferecer o auxílio do conselho. Eles ficaram de acertar, ainda nesta semana, medidas práticas a serem implementadas.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, afirmou que as medidas visam a auxiliar a polícia a combater os ataques das últimas semanas. "A ideia é auxiliar as forças de segurança do Estado", explicou Sartori. "Serão medidas para dar agilidade à atuação da polícia", acrescentou o presidente do tribunal.

"Vamos entrar nessa força-tarefa para solucionar esse problema", concluiu.

A ideia inicial seria focar a ação do comitê no julgamento de criminosos ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), facção apontada como responsável pelos ataques das últimas semanas. Mas a proposta não avançou. De acordo com assessores do CNJ e do TJ, o foco exclusivo sobre o PCC poderia colocar também os juízes sob ameaça da facção criminosa.

Emergência. Falcão e Sartori fizeram uma reunião de emergência durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário em Aracaju. Falcão já havia telefonado para Alckmin sugerindo um mutirão de julgamentos de crimes violentos.

O evento reúne em Aracaju os presidentes de todos os 91 tribunais do País, com o objetivo de debater prioridades para a Justiça nos próximos anos. "Queremos uma Justiça de qualidade, com eficiência, acessibilidade e facilidade para o jurisdicionado", afirmou Ayres Britto.

07 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Por salário, juízes federais e do Trabalho param dois dias

Categorias prometem manifestações em fóruns de todo o País e exigem 28,8%, contra 15% divididos em 3 anos

Juízes federais e do Trabalho paralisam suas atividades hoje e amanhã em protesto contra o que classificam de “desvalorização de suas carreiras” pelas perdas remuneratórias que somam 28,86% desde 2005, quando foi adotado o regime de subsídio em parcela única. Eles também decidiram em assembleia não participar da Semana Nacional de Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que vai até 14 de novembro.

Nos fóruns de todo o Brasil serão feitas manifestações conjuntas. Os magistrados da União estão sendo orientados a comparecer às varas e juizados, mas que não realizem audiências ou emitam sentenças, exceto em “casos mais graves e urgentes” – réus presos ou quando para adoção de medidas cautelares.

Além da reposição, os juízes querem adicional por tempo de serviço e equiparação com a magistratura dos Estados e com o Ministério Público. Eles asseguram que não haverá prejuízo à população, “uma vez que as audiências que seriam realizadas durante a semana serão antecipadas ou marcadas para datas próximas”.

“Em flagrante desrespeito à Constituição, o Poder Executivo não encaminhou ao Congresso, no ano passado, a proposta orçamentária do Judiciário que assegurava o reajuste do subsídio e, neste ano, a proposta do Judiciário foi indevidamente reduzida”, alegam a Associação dos Juízes Federais (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entidades que conduzem o movimento.

• Sem privilégios



NINO TOLDO

PRESIDENTE DA AJUFE

“(O governo) não levou em consideração a peculiaridade da magistratura. Isso foi muito mal recebido pelos juízes. Não queremos privilégios, apenas a reposição”

Os juízes estão indignados porque foi oferecida a todos os servidores, inclusive a eles, reposição de 15%, em três parcelas anuais de 5%. “(O governo) não levou em consideração a peculiaridade da magistratura. Isso foi muito mal recebido pelos juízes”, diz o presidente da Ajufe, Nino Toldo. “Não queremos privilégios, apenas a reposição.”

Achatamento. O modelo de subsídio em parcela única, há sete anos em vigor, provocou o engessamento dos vencimentos da toga. Nesse período, o subsídio teve apenas um reajuste. O juiz em início de carreira ganha quase o mesmo daquele que está perto da aposentadoria. “A independência da magistratura é fundamental para a democracia, e ela passa por uma remuneração condigna”, observa Toldo. “Os juízes são cidadãos como os outros, só que eles têm uma grande responsabilidade decorrente de suas atividades”, observa Toldo. “Não há mais estímulo porque o subsídio está achatado, não há mais um sentido de carreira.”

O presidente da Anamatra, Renato Sant’Anna, disse que os juízes não pretendiam parar, mas a medida tornou-se inevitável. “Não tem um trabalhador que se contente com 30% de perda salarial. A Constituição garantiu a irredutibilidade dos salários, e não o fez por acaso. O objetivo era garantir a estabilidade dos vencimentos. O juiz é o único trabalhador que não tem uma política salarial. Não é possível continuar nessa situação.”

07 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo retoma dosimetria de penas

Ministros voltam a lidar com mensalão após viagem de relator; presidente da Corte quer encerrar julgamento nas próximas quatro sessões

Após mais de uma semana de recesso, o Supremo Tribunal Federal retoma hoje o julgamento do mensalão. A expectativa agora é a de que os ministros voltem a fixar penas para os 25 condenados por envolvimento no principal escândalo do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Corte também poderá decidir um pedido do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para que os passaportes dos condenados sejam apreendidos. Com a medida, o chefe do Ministério Público Federal espera afastar o risco de fuga e evitar episódios como o do ex-banqueiro Salvatore Cacciola.

Italiano, Cacciola fugiu para seu país natal para escapar do risco de prisão após ter sido processado por crime contra o sistema financeiro no Brasil. O banqueiro fugiu dias depois de obter um habeas corpus, concedido pelo ministro do STF Marco Aurélio de Mello. O italiano foi extraditado para o Brasil após ter viajado para Mônaco.

Aos condenados o STF deverá fixar penas severas. Um sinal de tal disposição foi emitido quando a Corte determinou uma pena de 40 anos, 1 mês e 6 dias de reclusão para o operador do esquema do mensalão, o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, um dos 25 condenados.

Revisão. Entretanto, os patamares poderão ser revistos até o fim do julgamento. O próprio presidente do STF, Carlos Ayres Britto, reconheceu nesta semana que pode ser viável a redução da pena de Marcos Valério. “No plano das possibilidades é viável”, disse o ministro, quando indagado sobre novo depoimento que Valério prestou em setembro à Corte, querendo em troca redução da pena por delação premiada.

O presidente do tribunal estimou que em quatro sessões o julgamento do mensalão deverá ser encerrado, com a definição das penas para os 25 réus condenados. Por esse calendário, Britto poderá participar do julgamento até o fim.

Se não for possível concluí-lo até o dia 14, Britto pode convocar sessão extra para 16 de novembro, um dia após o feriado de Proclamação da República. Seria a última sessão do ministro no tribunal antes da sua aposentadoria compulsória. Britto completa 70 anos no dia 18 e terá de deixar a Corte. O relator do processo, Joaquim Barbosa, afirmou que o recesso de mais de uma semana pode ajudar agora a acelerar o julgamento. A votação ficou paralisada porque o ministro viajou para a Alemanha, para se submeter a um tratamento de saúde. “Todo mundo pôde descansar um pouquinho. Eu nem tanto, mas foi bom parar um pouquinho”, afirmou. “Estou melhor hoje do que quando saí. Dá para ver, não dá?”

Barbosa não quis comentar ontem o novo depoimento prestado pelo operador do mensalão, Marcos Valério. “Não quero falar nada sobre nenhuma questão polêmica relacionada à Ação Penal 470 (a do mensalão)”, limitou-se a dizer.

Assédio. O relator do mensalão afirmou que o julgamento do caso levou o Supremo para dentro das famílias. Essa seria uma das razões, de acordo com ele, para o assédio e pedidos de fotos por onde passa. “Há uma identificação cada vez maior da população com as questões jurídico-institucionais tratadas pelo Supremo Tribunal Federal”, afirmou o

relator do processo. “Esse julgamento trouxe o tribunal para dentro das famílias. E o resto do que vem acontecendo no plano pessoal é consequência disso. Há muito carinho por parte das pessoas”, acrescentou.

Barbosa afirmou ser “simplesmente um cidadão que cumpre seus deveres e obrigações”. “Nada além disso”, disse.

Eleito presidente do Supremo, Barbosa participou pela primeira vez do Encontro Nacional do Poder Judiciário. Nesta edição, o mote do encontro é o combate à corrupção e à improbidade administrativa.

“Vejo como uma iniciativa alvissareira tomar esses dois pontos, corrupção e improbidade administrativa, como temas-guia da ação do Judiciário. Só posso me regozijar dessa escolha”, afirmou. Barbosa assume a presidência do Supremo no próximo dia 22. Como presidente do tribunal, ele também comandará o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

07 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Eleição mais barata custa R\$ 2,81 por voto

Balanço divulgado pelo TSE mostra que cofres públicos gastaram o menor valor por eleitor desde a adoção da urna eletrônica, em 1996

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia Antunes Rocha, anunciou ontem que a eleição municipal deste ano teve o menor custo por voto desde 1996, quando começou a funcionar no País o sistema eletrônico de votação.

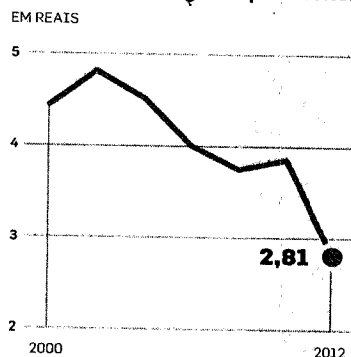
Conforme dados consolidados pelo tribunal e divulgados por Cármen Lúcia em entrevista coletiva ao fim de um encontro com presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), a eleição municipal de 2012 custou R\$ 395.270.694,00 para os cofres públicos – o que equivale a R\$ 2,81 por eleitor. Esse valor é 27% inferior ao de 2010, quando o custo chegou a R\$ 3,86. No ano 2000, o custo do voto tinha sido de R\$ 4,45 e em 2002 de R\$ 4,82. Os valores são atualizados pelo IPCA.

Cármen Lúcia atribui a boa notícia – a queda nos custos – a fatores como melhorias no planejamento e diminuição dos gastos com o envio de forças federais para reforçar a segurança em municípios. “Quanto maior o planejamento, menor é o custo”, disse a presidente do TSE.

O tribunal autorizou o envio de tropas para garantir a segurança, no 1.º turno a um total de 401 cidades em todo o País. No 2.º turno, somente para dois municípios. “Os tribunais regionais eleitorais foram muito atentos e firmes no sentido de gastar o que era preciso gastar. Nós enxugamos onde poderia haver a instituição de comitês com representantes da polícia estadual, civil e federal. Com isso, os gastos com o envio de forças federais diminuiu quase pela metade”, afirmou Cármen Lúcia.

O CUSTO DO VOTO

● Quanto o País gasta por eleitor



FONTE: TSE INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Conforme os números do tribunal, R\$ 24,2 milhões foram empenhados nessas missões de fiscalização e segurança. Isso representou uma economia de 42% em relação aos gastos feitos em 2008 e de 38% em comparação com os números de 2010.

Alta abstenção. A presidente do TSE afirmou, na entrevista, que é necessário analisar os fatores que levaram às altas taxas de abstenção nas eleições deste ano. No 1.º turno, o índice de presença foi de 84,59% dos eleitores. Na segunda votação, a proporção baixou para 80,88% – ou seja, quase 20% dos eleitores, um em cada cinco, deixou de ir votar no dia 28 de outubro.

Entre os fatores que podem ter contribuído para tantas ausências estão a coincidência da eleição com o feriado do dia do servidor, a entrada em vigor do horário de verão e a falta de atualização de cadastros. Cármen Lúcia antecipou que os TRE foram encarregados de uma nova tarefa – fazer um levantamento sobre os locais onde será necessário fazer revisões eleitorais e

atualizar os cadastros.

Parte dos mais de 5.550 municípios brasileiros já passou por esse processo e os eleitores votaram por meio do sistema biométrico. De acordo com as informações do TSE, quase 8 milhões de eleitores de 299 cidades foram identificados pelas digitais.

Planetário. A presidente do TSE deu novos dados sobre a boa receptividade do sistema eleitoral brasileiro fora do País. No 1.º turno, ocorreram 197,2 milhões de acessos à página do tribunal na internet – a partir do Brasil e de mais 167 países. “Significa que a eleição brasileira, o nosso modelo, a nossa formulação, é observada por todos os lugares do planeta”, comemorou a presidente do tribunal.

No 1.º turno, quando foram eleitos 5.518 prefeitos e 57.424 vereadores, a apuração foi concluída à 1h48 do dia seguinte à votação. No 2.º turno, quando foram eleitos mais 50 prefeitos, o trabalho de apuração dos resultados foi concluído às 21h51 do próprio domingo.

07 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Até 19 de dezembro, TSE espera julgar 2 mil recursos

Passada a eleição, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda tem de julgar cerca de 2 mil recursos envolvendo candidatos que disputaram cargos de prefeito e vereador. A presidente do TSE, Cármen Lúcia Antunes Rocha, afirmou ontem que todos os processos serão julgados até 19 de dezembro, data-limite para a diplomação dos eleitos no mês passado, tanto em 1.º quanto em 2.º turno.

A presidente do TSE fez a previsão durante entrevista concedida a jornalistas após uma reunião de avaliação das eleições. Participaram do encontro, em Brasília, presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) em todo o País.

Conforme os dados divulgados por Cármen Lúcia, 8.383 processos relacionados às eleições municipais deste ano chegaram ao TSE, dos quais 7.703 tratavam de registros de candidaturas. Até agora foram julgados 5.433 processos.

Depois do 1.º turno, o tribunal teve de julgar processos para definir se haveria ou não 2.º turno em algumas cidades. Uma dessas decisões garantiu a Rubens Bomtempo (PSB) o direito de disputar o 2.º turno em Petrópolis (RJ) contra Bernardo Rossi (PMDB). Antes, o TRE do Rio havia recusado o registro da candidatura de Bomtempo, alegando

que, no passado, quando prefeito da cidade, ele teve as contas rejeitadas. O candidato do PSB acabou ganhando a eleição.

Outro exemplo foi Osasco. A candidatura do tucano Celso Giglio foi barrada, também por ter contas da prefeitura rejeitadas. Com isso, o candidato Jorge Lapas (PT) obteve mais de 50% dos votos no 1.º turno, mas só foi declarado vencedor da eleição em 26 de outubro.

A expectativa no TSE é que não devem ocorrer mudanças significativas quando os recursos ainda pendentes forem julgados. O tribunal informou já ter identificado e julgado a maioria dos casos que poderiam influenciar no resultado das eleições.

O ESTADO DE S. PAULO

Carla Cepollina diz que Ubiratan temia ser morto

No segundo dia do júri, acusada afirmou que coronel estava 'esquisito' e no dia do crime o deixou no apartamento dormindo

A voz estava nervosa, os pés balançavam insistentemente e as mãos tremiam, mas Carla Cepollina, de 47 anos, tinha as explicações todas na ponta da língua. Acusada pela morte do coronel Ubiratan Guimarães, de 63, a advogada e namorada da vítima na época começou seu interrogatório no fim da tarde de ontem, declarando que a acusação pela qual responde é "absurda". Segundo Carla, o coronel foi morto depois que ela deixou o apartamento dele, em 9 de setembro de 2006. Na versão da acusada, ela saiu sem aviso porque a vítima estava deitada na cama, dormindo e de "fogo".

Na tese apresentada por Carla, o coronel estava com medo nos dias anteriores ao crime. "Ele estava esquisito, falando o tempo todo de morte. Chegou a dizer que queria ser velado no (Palácio) 9 de Julho", disse. Segundo a ré, os dois passaram o dia do crime juntos.

Entre 19h e 20h, suposto horário do crime, Carla afirmou que estava no apartamento. "Chegando lá, ele foi dormir, tinha bebido um montão. Eu fui tomar banho", disse. Quando saiu do chuveiro, Carla disse que ouviu o celular pessoal da vítima tocando e atendeu, já que ele dormia. "Vi que era a Renata (delegada da Polícia Federal apontada como amante da vítima). Ela pediu para falar com o Ubiratan e eu passei o telefone." De acordo com a ré, a ligação não deu início a nenhuma discussão. "Depois voltei a fazer a minha toaleta e o Ubiratan continuou a dormir."

Por volta das 20h30, quando

Falta de luz na Barra Funda atrasa retomada de júri

● A falta de luz no Fórum Criminal da Barra Funda, na manhã de ontem, atrasou por quase 2 horas a retomada do segundo dia do Tribunal do Júri de Carla Cepollina, acusada de matar o coronel Ubiratan Guimarães. A sessão estava prevista para começar às 12h45, mas foi aberta apenas às 14h30.

Antes de os trabalhos serem retomados, a acusação cogitou a hipótese de transferir o plenário para o Fórum de Santana, localizado perto da Barra Funda. A defesa, por sua vez, chegou a propor a suspensão do julgamento, o que adiará a sentença sobre o assassinato do coronel Ubiratan para maio de 2013. / A.F.

saía do apartamento, Carla reconheceu ter atendido novo telefonema da delegada, desta vez no número fixo. "Eu nunca atendo aquele número, mas ele estava tocando insistentemente. Era a Renata novamente. Em um tom inadequado, pediu para falar com Ubiratan. Cheguei a chamar, mas ele não acordou e então falei para ela ligar depois."

Com todas as falas ensaiadas, Carla disse que agiu normalmente após deixar a casa do namorado. Do carro, conversou com sua mãe e advogada, Líliliana Prinzi-vallli, e ainda tentou falar com a vítima e com um amigo dele, mas ambos não atenderam. A ré ressaltou por várias vezes que o

namorado bebia demais e, por isso, era comum que ela saísse do apartamento sem avisá-lo.

Ao juiz Bruno Ronchetti de Castro, a ré disse que só tomou conhecimento que Ubiratan tinha amantes após a morte dele. Até o crime, os dois namoravam em harmonia, sem comprometimento. "Ele era inteligente, engraçado e extremamente sedutor. Nosso relacionamento era gostoso. Nunca brigamos." Carla ainda negou que quisesse casar e ter filhos, o que teria levado ao fim do relacionamento, segundo a acusação. "Sempre fui independente. Ele tinha a vida dele, eu a minha. Era assim que pretendíamos continuar."

Polícia. Com tom mais agressivo, Carla disse que sofreu terror psicológico durante depoimentos que prestou aos policiais. Em uma ocasião, sem a presença de advogados, disse que passou 8h15 com quatro delegados e dois investigadores. "Eles blefaram por diversas vezes."

Segundo Carla, a polícia a testava o tempo todo. "Eles eram maus. Eram do Capão Redondo", referindo-se ao bairro da zona sul com altos índices de criminalidade.

A citação sobre a origem dos policiais não foi o único momento em que a ré demonstrou pertencer a uma classe social mais privilegiada. Ao longo do interrogatório, Carla afirmou que Ubiratan havia se transformado a partir do namoro, dando a entender que sua influência o deixara mais requintado. A previsão era de que a ré continuaria a responder perguntas até as 23h e o resultado pudesse sair na madrugada de hoje.

07 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Magistrados param por dois dias

Juízes e desembargadores federais, além dos magistrados da Justiça do Trabalho cruzam os braços hoje e amanhã para protestar a favor de reajuste salarial de 28,86%. A categoria reclama que desde 2005 o subsídio foi corrigido uma única vez, diferente do que é oferecido aos magistrados estaduais e do Ministério Público, que recebem outras gratificações.

A manifestação acontece hoje e amanhã, quando os juízes irão ao fórum, mas não irão despachar nem realizar audiências, com exceção aos casos de urgência. A mobilização acontece em todo o País e tem a adesão da Associação dos Juízes Federais (Ajufe) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Entre as reclamações dos profissionais está o fato do Executivo não ter enviado ao Congresso a proposta que assegurava o reajuste do subsídio.

07 NOV 2012

METRO

Novo Código Penal promete rigor com menores autores de crimes hediondos

Pelo menos 30 projetos sugerindo mudanças na maioridade penal estão parados em gavetas aguardando votação no Congresso Nacional - alguns, desde a década de 1990.

A punição de menores criminosos como adultos, porém, pode estar próxima de ser colocada em prática. O novo Código Penal, elaborado por uma comissão de juristas e que está em discussão no Senado, trará alteração no que está escrito no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). O senador Pedro Taques (PDT-MT), relator da proposta, vai recomendar que menores de 16 anos sejam punidos caso tenham participação em crimes hediondos, como homicídio, estupro ou roubos seguidos de morte.

A proposta, porém, só de-

verá constar no relatório final, previsto para dezembro, e ainda não há garantias de que a redução da idade penal será tratada como prioridade em 2013.

A mudança na lei é semelhante a uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), de autoria do senador Aloizio Nunes Ferreira (PSDB-SP), pronto para ser votado em plenário desde 2007. O projeto prevê, inclusive, que o menor criminoso de até 18 anos que tenha participado de ações de extrema violência seja transferido para presídios comuns e não para centros de internação, como ocorre hoje.

O novo código deverá fixar maior rigor na punição de adultos que usam menores para cometer crimes. Pela nova regra, o maior que for flagrado,



► Comissão de jurista avançou sobre a lei penal, mas não conseguiu chegar a um consenso sobre a maioridade penal

usando adolescentes em crimes será punido com as penas pelos crimes de todos os criminosos envolvidos na prática.

Consulta popular

O deputado Efraim Filho (DEM-PB) apresentou também projeto que propõe um plebiscito para que a

população opine se é a favor ou contra a redução da maioridade penal de 18 anos para 16. A consulta seria feita junto com as eleições.

Um pesquisa recente feita pelo Senado apontou que 87% da população é a favor da mudança.

Juízes param hoje

Juízes federais e trabalhistas insatisfeitos com seus salários prometem cruzar os braços hoje e amanhã. O movimento é liderado pela Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) e pela Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho). Juntas, as duas entidades representam quase 6 mil juizes.

O ato é para chamar a atenção para a "desvalorização das carreiras". Segundo os juizes, a remuneração da categoria teve uma perda de 28,86%, desde 2005".

Os juizes também não participarão da Semana Nacional de Conciliação, que começa hoje e termina no dia 14.

Tribunais adotam estratégias para promover conciliação

Luiz Silveira

Firmar parcerias com as empresas públicas e privadas responsáveis pelas principais demandas de massa no Poder Judiciário (as ações judiciais que têm como parte grande número de cidadãos) com o objetivo de resolvê-las de forma pacífica. Esta é apenas uma das muitas estratégias que as cortes de Justiça brasileiras adotaram para a VII Semana Nacional da Conciliação. O evento faz parte do Movimento Conciliar é Legal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e será realizado por todos os tribunais do país, a partir desta quarta-feira (7/11).

Uma das cortes que agiu de forma estratégica com este intuito foi o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Desde o início do ano o tribunal tem convidado empresas diversas para participar da Semana. Como resultado, estão pré-selecionadas 660 audiências de conciliação para serem realizadas durante o evento. A maior parte envolve instituições financeiras, tais como Banco Bradesco, Banco do Brasil, Itaú, Banco Regional de Brasília (BRB), Cartão BRB, Citibank Card e as Casas Bahia. **Audiências** -O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) também incluiu cerca de 10 mil processos judiciais na pauta da Semana Nacional da Conciliação. Dessas, 3.161 resultam de uma parceria do TJSP com as empresas Amil (para a inclusão de 90 ações que possuem a Amil como parte na pauta da conciliação), Bradesco (831 ações nas quais uma das partes é o Bradesco), Citibank (109 ações), Citicard (85), Claro (107), Eletropaulo (610), Embratel (140), Defensoria (88), Nextel (56), Nova Potocom (107), Omni (211), Sabesp (65), Telefônica (207), Tim (364), Oi (83) e Vivo (8).

Em Pernambuco, o Tribunal de Justiça iniciou, já nesta segunda-feira (5/11), o V Mutirão **DPVAT**. Trata-se de um mutirão específico para conciliação de ações judiciais referentes ao seguro obrigatório que indeniza vítimas de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre. A iniciativa integra a programação da Semana Nacional da Conciliação naquele Estado e prevê o julgamento de 2.487 processos em tramitação nas varas e juizados cíveis de Recife, selecionados para a pauta da Semana. No ano passado, o TJPE obteve R\$ 2.470.753,00 em indenizações decorrentes de acordos homologados em 565 processos. O índice de conciliação obtido no período foi de 68,7%. A coordenadora do Mutirão **DPVAT**, a juíza Luzicleide Vasconcelos, destacou a importância da iniciativa. "Por meio do mutirão conseguimos desafogar o grande acervo de processos que tramitam nas varas e juizados cíveis, oferecendo oportunidades para que as partes finalizem seus conflitos e, assim, cheguem a uma solução que será homologada pelo Judiciário", afirmou

CONJUR

05/ NOV/2012

TJ-PR lança a Semana Nacional de Conciliação

O Tribunal de Justiça do Paraná inicia na quarta-feira (07), a Semana Nacional de Conciliação. Até o dia 14, juízes de todas as comarcas do estado vão promover audiências de conciliação.

No mesmo período, o TJ-PR também irá fazer um mutirão para resolver processos que estão nas varas cíveis e nos juizados especiais contra companhias aéreas. Para o lançamento da semana nacional, serão realizadas palestras com o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Marcos Aurélio Gastaldi e com a juíza auxiliar da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Mariella Ferraz de Arruda Pollice Nogueira.

OAB/PR

05/NOV/2012

Paraná é o estado com maior número de advogados com certificação digital

A OAB Paraná é a Seccional da Ordem com maior número de advogados com certificação digital já emitida, conforme informações repassadas pelo Conselho Federal. No último mês de setembro o Paraná totalizou 28.740 advogados com certificação digital, o que representa 23,87% do total de 120.363 advogados com certificação digital emitida em todo Brasil

Com a implantação dos diferentes sistemas de processo eletrônico, os advogados têm procurado se adaptar e emitir a certificação digital. Recentemente a certificação digital passou a ser exigida para os advogados atuarem com o Processo Judicial Eletrônico (PJe) da Justiça do Trabalho no Paraná. A OAB Paraná tem procurado garantir uma transição tranquila para os advogados atuarem com os novos sistemas de processo eletrônico por meio cursos de capacitação promovidos pela Escola Superior de Advocacia (ESA), a instalação dos Centros de Inclusão Digital do Advogado (CIDI) em todo estado e a emissão da certificação digital na sede da Seccional.